

## O PERFIL DOS ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFPE-CAMPUS VITÓRIA, PERNAMBUCO, BRASIL

GUERRA JUNIOR, ALESSANDRO AUGUSTO <sup>(1)</sup> ;DOS SANTOS, EDLAMAR  
OLIVEIRA <sup>(2)</sup>

<sup>1,2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, *campus*  
Recife

<sup>1</sup>augguerra@gmail.com, <sup>2</sup>edlamarsantos@reitoria.ifpe.edu.br

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes concluintes do curso de licenciatura em Química do IFPE- *campus* Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil. É um estudo pautado em uma abordagem qualitativa de pesquisa, com enfoque descritivo interpretativo. Como técnica de coleta dos dados utilizou-se o questionário, o qual foi disponibilizado aos estudantes através de e-mail. Para organização e análise dos dados, nos apoiamos na técnica de análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que os estudantes concluintes do curso estudado apresentam um modesto perfil socioeconômico. Possuem uma renda familiar entre 1,5 a 3 salários mínimos. E são oriundos de escolas públicas. Possuem uma carga de leitura pequena e apresentam um baixo contato com os espaços culturais. Participam na sua maioria de programas de Assistência Estudantil, a saber: o Programa bolsa Permanência e Programas acadêmicos (PIBIC, PIBEX e PIBID). O perfil socioeconômico apresenta um pouco da singularidade das condições sociais, econômica e culturais da região interiorana do Estado de Pernambuco.

**Palavras chave:** estudantes de química, formação do professor e licenciaturas.

## INTRODUÇÃO

A reconfiguração e ampliação da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica - RFEPT iniciada no segundo mandato do governo Lula, em 2008, é parte constituinte de uma política mais ampla do Ministério da Educação - MEC no que diz respeito à expansão, modernização e interiorização da RFEPT e possibilidade de ampliação da oferta de vagas na educação superior.

Neste cenário, destaca-se o papel estratégico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei 11.892/2008. No que tange a Educação Superior, ressalta-se a expansão dos cursos de licenciatura, sobretudo na área das Ciências Exatas (Matemática, Física, Química e Biologia). Na Lei 11.892/2008 ficou estabelecido que os IFs deveriam garantir 20% de suas matrículas as licenciaturas. Evidencia-se assim, a tarefa dos IFs com a formação de professores para a educação básica.

Importante ressaltar que a formação de professores não é algo novo no cenário da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Franco e Pires (2010) demonstram que desde a década de 1980 já são identificáveis alguns traços da formação de professores em Institutos Federais, na época, antigos Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET. Sobre esta questão, os autores destacam a experiência do CEFET Maranhão, em 1987 com a implantação da Licenciatura em Matemática. Porém, os referidos autores enfatizam que a formação de professores só veio assumir um caráter de política pública no âmbito das instituições de educação tecnológica com a aprovação do Decreto 3.462/2000, que dentre outros aspectos trouxe autonomia aos CEFET para efetivar a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional.

Em atendimento ao disposto no Art. da Lei 11.892 o Instituto Federal de Pernambuco – IFPE privilegiou a oferta de cursos de licenciatura nas áreas das ciências da natureza e da matemática, atendendo a um dos chamados do MEC, face ao problema de escassez de professores, sobretudo no ensino médio.

Tais preocupações com a formação docente e com o processo de implantação das licenciaturas no IFPE ajudaram-nos a levantar algumas indagações sobre esses cursos, no caso deste artigo, as indagações estão focadas no perfil do estudante do curso de Licenciatura em Química do IFPE: Quem são os estudantes concluintes do curso? Qual o contexto socioeconômico, educacional e profissional desses estudantes? Indaga-se também sobre os fatores que contribuíram para escolha do curso de licenciatura e sobre as expectativas desses estudantes com relação à profissão docente? Tais questões tornam-se importantes para conformação do perfil socioeconômico, sociocultural e as perspectivas para o seu futuro profissional -, de modo a fornecer elementos que permitam conhecer melhor quem são estes estudantes.

O presente estudo tem o propósito de trazer questões sobre a formação docente no IFPE, em especial aspectos relacionados ao perfil dos estudantes concluintes do curso de licenciatura em Química, no *campus* Vitória de Santo Antão do IFPE. Este estudo ao tratar da formação docente, em particular do perfil socioeconômico e sociohistórico do futuro professor da educação básica do Brasil, dialoga com as questões relativas à formação do ser social em suas dimensões históricas e ontológicas.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido por uma abordagem qualitativa de pesquisa que se caracteriza pelo enfoque descritivo e interpretativo. O campo de investigação foi constituído pelo *campus* Vitoria de Santo Antão do IFPE que oferta curso de licenciatura em Química. Os sujeitos participantes da pesquisa foram estudantes concluintes do referenciado curso. Para amostra de estudantes, o estudo considerou como marco temporal os estudantes concluintes do primeiro semestre de 2015.

As técnicas de coleta de informações procede-se com a aplicação de um questionário, disponibilizado seis (6) estudantes, através de e-mail. Este instrumento nos ajudou a levantar informações acerca das condições socioeconômicas e sociohistóricas dos estudantes.

Para organização e tratamento dos dados, tomaremos como referência a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Segundo a autora, a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos, os objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Na fase de organização das unidades de registros, procederemos com o processo de definição das categorias empíricas a luz do referencial teórico. Esse processo de categorização proporcionará a construção de reflexões analíticas sobre as condições de produção do objeto que desejamos deslindar. Para Minayo (1994), as categorias empíricas quando colocadas no quadro mais amplo de compreensão teórica da realidade favorece o avanço do conhecimento do objeto e de suas peculiaridades.

## CONTEXTUALIZANDO AS LICENCIATURAS E A FORMAÇÃO DOCENTE

A formação de professores para o ensino médio, anteriormente denominado de ensino secundário, teve início no Brasil nos anos 30 (séc. XX) com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Neste contexto, é importante destacar que a formação do professor especialista numa área disciplinar específica tem seu nascedouro com a criação da universidade. De acordo com Gatti (2010) antes da criação das universidades, os professores que atuavam no ensino secundário eram profissionais liberais ou autodidatas que atendiam as demandas das parcas escolas secundárias época. Isso demonstra que o problema de carência de professores constitui-se como fenômeno histórico no Brasil.

O estudo de Araújo e Viana (2010) ressalta que o aumento expressivo do ensino secundário a partir da década de 1950, fez com que o MEC tomasse uma medida emergencial de oferta de cursos nas várias regiões do Brasil para tentar resolver o problema da falta de professor. Os primeiros cursos de licenciatura se constituíram a partir das orientações do esquema “3+1”, que na prática significou uma justaposição das disciplinas pedagógicas no último ano de formação. Com a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 4024/61, ocasionou modificações nos cursos de licenciatura, ao definir que as disciplinas pedagógicas deveriam ser estudadas ao longo da formação, como forma de romper com a fragmentação da formação docente.

O crescimento das demandas por escolarização na escola primária e secundária, durante o Governo Militar, instalado em 1964, levou o MEC a fixar novas formas de oferta dos

cursos de formação de professores. Neste cenário, instala-se a nova LDB – Lei 5962/71, que dentre elas destacam-se “a fragmentação das Graduações em dois ciclos e a oferta de cursos de licenciatura de curta duração” (Araujo e Viana, 2010, p.05), os quais ficaram conhecidos como cursos de “licenciatura curta”.

De forma sintetizada, a formação de professores desenvolvida ao longo da década de 1970, pautou-se por um modelo de formação orientado pelos pressupostos da racionalidade técnica, que impunha uma visão “determinista e uniforme” sobre o trabalho docente. Coube a essa formação a função de garantir a instrumentalização técnica do professor, atribuindo-se um caráter de neutralidade, na medida em que ela se fazia isolada dos aspectos políticos e sociais que envolvem o ensino e o próprio processo formativo. Tal processo contribuiu para o aprofundamento de um processo de formação docente dicotômico e fragmentado.

Entretanto, é importante destacar que esse tipo de formação suscitou preocupações que passaram a se constituir como alvo de debates e reflexões. Dessa feita, na década de 80, o debate sobre a formação profissional passou a privilegiar o caráter político da prática pedagógica e o compromisso do professor com as classes populares, aspectos que se contrapõem ao caráter de neutralidade preconizado pela pedagogia tecnicista. Oportuno ressaltar que a década de 1980 foi caracterizada como um período de afirmação do direito de acesso à educação.

A década de 1990 constituiu-se como período das reformas da educação brasileira, que se processaram a partir das recomendações dos organismos multilaterais. Nesse processo, o modelo de formação de professores foi considerado obsoleto e arcaico, necessitando ser reestruturado, sobretudo, porque o excesso de teoria nos cursos de licenciatura dificultava uma formação profissional assentada nas questões da prática. A política educacional colocada em prática no Brasil, a partir da década de 1990, foi edificada sob o discurso da necessidade de modernização da educação, para se alcançar a tão propalada qualidade na educação.

Essa posição foi reiterada pela nova LDB 9394/96 que conferiu novidades no campo da formação de professores, as quais implicaram mudanças no locus e no currículo dos cursos de licenciatura. Nesse debate foi amplamente divulgado por meio da literatura educacional uma nova concepção de formação de professor, cujo foco é a experiência, reflexão e ação, proposta por Donald Schön (2000). Seguindo as novas perspectivas, formuladas para formação docente, evidencia-se nos anos 2000, a instituição de novas regulamentações para os cursos de licenciaturas, as quais ratificaram essa perspectiva de formação docente, bem como ressaltou o papel do professor frente aos desafios da sociedade contemporânea e como protagonista das mudanças na prática pedagógica. Assim sendo, o professor foi concebido como um sujeito que produz saberes a partir da sua experiência profissional. Parte-se, então, do reconhecimento de que o professor, ao desenvolver sua atividade prática numa realidade complexa, é constantemente desafiado a formular respostas para os problemas práticos do cotidiano do ensino.

## **OS IFS E A FORMAÇÃO DOCENTE**

As instituições tecnológicas federais iniciaram suas ofertas na área de formação de professores em 1978, quando houve a mudança das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. A oferta dos cursos era voltada na formação de professores para lecionarem no

campo da educação profissional. Em 1993, a formação de professores nos CEFET passou a ser voltada especificamente para a educação profissional e técnica, deixando para as universidades a responsabilidade em formar para educação básica. Posteriormente, em 2000 o CEFET retorna a ofertar cursos de licenciatura, agora voltados para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional, visto a carência de profissional no mercado. Santos (2004) diz que um dos argumentos utilizados para autorizar os CEFET a ministrarem cursos de Licenciaturas é de que faltam muitos professores no ensino básico e que as Universidades e Faculdades que os formam não dão conta de formarem o número necessário de docentes para atender esta rede.

Com a transformação dos CEFET em IF em 2008, mantiveram-se atenção para a formação de professores na educação básica e profissional, com o foco para as ciências da natureza e da matemática, indicando que a carência de professores formados na área, reforçou também a iniciativa do Governo Federal de transformar as escolas agrotécnicas, técnicas em IFs. Todavia, a implantação da formação de professores nos antigos CEFETs era uma situação de permissão para se ofertar, diferentemente de quando estes se tornam IFs. Porém em condições diferentes das universidades, as licenciaturas vão apresentar uma série de dificuldades que vai colocar em discussão a falta de identidade dentro RFEPT.

Com um quadro de professores insuficiente e não preparados para o ensino superior, problemas com a estrutura física, acervo bibliográfico e laboratórios específicos, dificuldades na integração entre ensino, pesquisa e extensão, uma série de descumprimento, acabou surgindo, em vários casos, que as licenciaturas se tornaram corpo estranho dentro ainda dos próprios CEFET. De acordo com Bomfim (2003), que a partir de 2003 houve uma ampliação nos números de cursos de licenciaturas e com eles uma melhoria significativa dos problemas, o que possibilitou um bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE) e o reconhecimento por parte do MEC, porém nenhuma articulação entre as instituições no sentido de buscar uma identidade para as licenciaturas da RFEPT continua até hoje.

Com a criação dos Institutos Federais uma nova institucionalidade é dada para a educação profissional e tecnológica. Diferente dos CEFET, os IF dentre outros objetivos estabelecidos, têm a função de oferecer cursos de licenciatura, como também programas de formação pedagógica voltada à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Cabendo aos Institutos garantir o mínimo de 20% (vinte por cento) de vagas para as licenciaturas.

O histórico do que hoje conhecemos como IF revela uma atuação tradicionalmente na formação profissional e técnica. A oferta de cursos de licenciatura é uma realidade recente para a RFEPT, que ainda busca uma identidade no campo da educação. Os IFs representam iniciativas para a solução do problema da escassez de professores, desafio imposto pela nova institucionalidade que acaba gerando uma crise de identidade, uma vez que elas devem formular projetos educativos para atender alunos de diversas faixas etárias e níveis de ensino, e que implica no trabalho docente e pode comprometer a qualidade do ensino.

Segundo os dados do Sistema e-MEC apontado por Lima (2012), mostra o panorama dos cursos de Licenciatura pelos IFs. No total, os cursos de licenciatura em Química, Física, Matemática e Ciências Biológicas correspondem mais de 70% (setenta por cento) de todos os cursos ofertados, sendo o curso de licenciatura em Química o mais ofertado na modalidade presencial. A grande oferta dos cursos é noturna, criando condições para que essas pessoas possam frequentar, como também conciliar aqueles que trabalham ou que pretendem ingressar no mercado de trabalho. A região Nordeste do Brasil configura com

maior número de cursos de licenciatura. Ao lembrar que essa iniciativa está vinculada ao discurso de formar professores para cobrir um déficit desses profissionais nas escolas brasileiras.

A formação de professores se apresenta como novo locus para os IFs, principalmente quando se refere à expansão. Reservar boa parte de suas vagas para os cursos de Licenciaturas consolida aos IFs como formador de professor, ameniza o déficit de professores nas áreas e contribui para a elevação da escolaridade dos mesmos para o nível superior. No entanto é preciso considerar que a formação de professores nos IFs encontra-se na problemática de identidade, que pode tornar possível um empobrecimento na formação docente, devido à vocação de formação de cursos técnicos.

Assim, a ampliação da oferta de formação docente, utilizando à justificativa de cobrir a carência de professores, acentua a problemática quando a qualidade e identidade dos cursos de Licenciatura dos IFs comparando com outras instituições de ensino superior. É preciso aprofundar o debate e os desafios desse cenário para a formação de professores, partindo do conhecimento do perfil dos seus estudantes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Aspectos gerais

Abordaremos a seguir a análise dos dados obtidos através do questionário aplicado com os estudantes concluintes do curso de Licenciatura em Química do *campus* Vitória de Santo Antão. Para afins dessa análise obteve a participação seis (6) estudantes, os resultados a saber:

Em relação à faixa etária os resultados da pesquisa denotaram que na Licenciatura em Química 66.7% dos entrevistados tem entre 21 a 25 anos de idade e 33.3% entre 26 a 30 anos. É possível perceber uma diferença entre as faixas etárias dos estudantes participantes da pesquisa, porém grande parte dos estudantes está na faixa entre 21-25 anos, apresentando um perfil etário mais joven. O que ficou evidenciado que a maioria dos estudantes concluintes é de jovens em termos etários.

A questão de gênero é um ponto importante para a discussão do perfil do estudante da licenciatura, pois pode influenciar na escolha da profissão, seja para docência ou qualquer outra, existe um pensamento direcionado para determinado gênero. Quanto à docência, muitos autores inclusive Gatti (2009), salientam em suas pesquisas o aspecto da feminização do magistério. O que resulta na escolha, até certo ponto “natural” do sexo feminino pela Educação, onde é tratada como uma questão história que ainda perdura até dias de hoje. Os dados da pesquisa revelaram que entre há certo equilíbrio, visto que, 50% responderam ser do sexo feminino e 50% masculino.

No que diz respeito à origem étnica ou racial dos estudantes concluintes dos cursos participantes da pesquisa, os resultados demonstraram também um equilíbrio nos dados, 50% de brancos e 50% pardos/mulatos.

Sobre o estado civil dos estudantes, os dados evidenciaram que 66.7% declararam serem solteiros e 33.3% disseram ser casados. Em síntese, pelos dados apresentados foi possível perceber que os estudantes, futuros professores da Educação Básica fazem parte um grupo que está preocupado na construção de uma carreira profissional em vez que constituir um relacionamento civil, como o casamento.



Com relação ao meio de transporte utilizado para deslocamento, foi observado que dos estudantes utilizam o transporte coletivo (ônibus), 66.7% e 33.3% utilizam o transporte individual, específico a motocicleta, como principal meio de transporte para chegar ao IFPE.

Quanto à situação de moradia, os estudantes responderam que moravam em casa ou apartamento, com pais e/ou parentes representou 66.7%, e os demais 33.3% em casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos. Quando correlacionamos com a faixa etária dos estudantes, visto que a maioria dos estudantes possuem entre 21-25 anos, é compreensível que ainda residam com pais ou parentes.

### **Ingresso na Educação Superior**

Sobre a forma de ingresso ao ensino superior, os estudantes, na sua maioria (66.7%) revelaram que são oriundos de escolas públicas, tendo concluído todo ensino médio na rede pública de ensino, enquanto a proporção daqueles que concluíram todo o ensino médio em escola privada (particular) correspondeu a 33.3%. Outra questão importante é que 100% dos estudantes de ambos os cursos concluíram o Ensino Médio de forma regular, sem ter realizado nenhum curso técnico profissionalizante, magistério ou pela Educação de Jovens e Adulto (EJA). A proporção de estudantes oriundos de escola pública também foi refletida na forma de ingresso dos cursos superiores, pois 66.7% responderam ser cotistas, por terem estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos, enquanto 33.3% ingressaram como não cotista.

Quando indagados sobre a escolha do IFPE como instituição de ensino superior, a gratuidade obteve o maior percentual (50%), qualidade/reputação 33.3% e proximidade da residência com apenas 16.7%. Vale destacar que a gratuidade do ensino, a qualidade e a reputação institucional foram apresentados como pontos positivos da instituição, que contribuíram para que os estudantes concluintes do respectivo curso depositassem credibilidade e confiança nos cursos de licenciaturas ofertados pelo IFPE, mesmo se tratando de novos cursos. Outro dado importante é que 100% dos estudantes não são portadores de diploma e nem foram transferidos de outras instituições.

No tocante à permanência e êxito no âmbito dos cursos, os licenciandos destacaram a importância do acesso às bolsas advindas dos programas da Assistência Estudantil, sobretudo aqueles voltados a estudantes com vulnerabilidade social. Assim sendo, destacaram-se o Programa Bolsa Permanência, onde os estudantes tiveram um percentual expressivo. Ou seja, 50% dos estudantes receberam algum auxílio, sendo 33.3% foi o auxílio alimentação e 16.7% para bolsa auxílio permanência. Os outros 50% afirmaram não ter recebido nenhum auxílio desta modalidade.

### **Aspectos socioeconômicos**

Com relação à renda familiar, os dados corroboram com os resultados de outras pesquisas que identificam uma modesta origem social e um processo de proletarização dos licenciandos. Dentre os estudantes entrevistados que possuía uma renda familiar entre 1,5 até 3 salários mínimos representou 66.7%, daqueles que declararam possuir uma renda acima de 3 até 4,5 salários mínimos apresentou 16.7%, o mesmo percentual (16.7%) para acima de 4,5 até 6 salários mínimos. Em síntese, observa-se que os licenciandos fazem parte de um universo da população que apresenta renda familiar entre 1,5 até 3 salários mínimos, que não possui renda ou possui algum tipo de renda, mas que tem ajuda dos familiares e não trabalham.

Ainda com relação à análise da renda, o estudo evidenciou aspectos relacionados à renda individual, 33.3% dos estudantes afirmaram que não possuem renda e que seus gastos são financiados pela família ou por outras pessoas; 16.7% responderam ter renda, mas recebe também ajuda da família ou de outras pessoas para financiar os gastos; 16.7% afirmaram ter renda e que arcam com suas despesas totalmente, 16.7% responderam ter renda, a qual utiliza para o seu sustento, bem como contribui com as despesas da família e 16.7% afirmaram que tem renda e são os principais responsáveis pelo sustento da família.

No tocante as relações entre trabalho e estudo e a jornada semanal, os dados evidenciaram que 50% dos estudantes não possuem algum vínculo empregatício, alguns responderam que a forma de trabalho acontece em uma vez por outra (16.7%), dos que trabalham, correspondendo a uma carga horária entre 20 a 40 horas semanais, representou 16.7% das respostas, e daqueles que trabalham 40 horas semanais ou mais correspondeu a 16.7%. Os dados são ilustrativos para se compreender a atração dos jovens por cursos noturnos, sobretudo na licenciatura específica.

Outro aspecto importante que nos ajudam a compreender a origem social dos estudantes é o grau de escolarização dos pais dos licenciandos. Nesse universo, os estudantes apresentam a menor taxa de escolarização dos pais, onde 66.7% não possuem a formação de nível de graduação, portanto, somente 33.3% tem formação superior. Contudo, pode-se compreender que os dados relativos à taxa de escolarização dos familiares dos licenciandos é relativamente baixa.

### **Aspectos socioculturais**

Quanto aos aspectos socioculturais, em especial os hábitos de leitura no intervalo de um ano, os dados revelaram uma preocupação, visto que os dados apresentara que 50% dos estudantes leram um ou dois livros, daqueles que leram de seis a oito (16.7%), mais de oito (16.7%) e nenhum foi (16.7%) apresentaram o mesmo percentual. A preocupação com a leitura é evidente, observa-se que o hábito é menor. Considerando-se a problemática, fica evidenciado a necessidade dos cursos de formação docente investir no desenvolvimento do habito de leitura por parte dos estudantes.

Visto que a formação do professor compreende uma formação geral que não se restringe somente a leitura dos livros acadêmicos, mas a utilização das diversas formas de leitura seja por jornais, revistas, documentários entre outros, o estudo buscou identificar os jornais e revistas que os estudantes costumam fazer a leitura. O Diário de Pernambuco é o jornal mais lido, com 83.3%, seguido pelo Jornal do Comércio (33.3%). Entre as principais revistas lidas pelos estudantes, destacou-se a preferencia pela revista Nova Escola (83.3%), foram relacionadas outras revistas: Superinteressante 16.7% e Época 16.7%.

O teatro, como importante atividade cultural, não é frequentados pelos estudantes. Os dados apresentou que 100% não frequentam esse tipo de atividade. Diferente do teatro, o cinema acaba sendo mais frequentado entre os estudantes, 100% responderam frequentar. Quantos aos filmes, as respostas culminaram principais longas metragem dos roteiros comerciais com os seguintes títulos: “Harry Potter”, “A Teoria de Tudo”, “Lucy”.

### **Aspectos relativos a docência e formação acadêmica**

Os estudantes ao serem indagados sobre os fatores que contribuíram para a escolha do curso de licenciatura, os dados revelaram que vocação foi definida por 33.3% dos entrevistados, outros motivos foram 50% e inserção no mercado de trabalho ficou com apenas 16.7%. Ainda com relação à escolha do curso, o estudo buscou saber sobre a



influência de familiares e amigos em tal escolha. Os dados apresentaram os seguintes aspectos: 28.5% ninguém, 28.5% a colegas e amigos, 28.5 a outros membros da família, e 14.5% aos pais.

Quanto à participação em Programas de incentivo acadêmico, percebemos número significativo de estudantes que recebem algum tipo de bolsa acadêmica (PIBIC, PIBEX E PIBID). 33.3% participaram do PIBIC, 33,3% do PIBEX, 16,7% do PIBID e 16,7% em nenhuma bolsa. Observa-se que em ambos os cursos existe um incentivo a produção científicas, inclusive garantindo a concessão de bolsas de estudo.

Com relação à continuidade da formação acadêmica, 83.3% responderam pretenderem seguir e 16.7% não pretendem. Dentre as áreas perguntadas, os estudantes de responderam, “Área de ensino de ciências”, “Mestrado e doutorado em Educação ou Ensino de ciências”, “Docência Superior em Educação em Ciências”.

## CONCLUSÃO

O perfil socioeconômico dos estudantes concluintes do curso de Licenciatura em Química apresenta um pouco das singularidades das condições sociais, econômica e culturais do interior do Estado de Pernambuco, além de ser da área do conhecimento das Ciências Exatas e da Natureza.

Podemos observar que a maioria dos estudantes é proveniente da rede pública de ensino, que possuem uma faixa etária entre 21 a 25 anos, onde ainda residem com os familiares. São ingressantes no ensino superior através da política de cotas, em particular aquelas que dizem respeito à formação de nível médio no âmbito da escola pública. De uma forma geral, não possuem um hábito de leitura, resumindo a um livro, de frequentar os espaços teatrais como frequentam os cinemas. Também foi observado que alguns estudantes são beneficiados pelos Programas de Assistência Estudantil ofertado pelo IFPE, seja com bolsas de permanência ou acadêmica.

Diante o perfil, é preciso considerar a necessidade de desenvolver uma reflexão, quantos as políticas voltadas e as ações culturais desenvolvidas a cargos dos estudantes das licenciaturas do IFPE, quanto ao reconhecimento do valor da educação como estratégia de promoção educativa e social daqueles que acreditam no potencial transformador da educação. Portanto, o desenvolvimento desse estudo trouxe questões que podem ajudar o IFPE a traçar novos rumos para os cursos de licenciatura, considerando-se as características dos estudantes.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, R. S. e Vianna, D. M. (2010) A história da legislação dos cursos de Licenciatura em Física no Brasil: do colonial presencial ao digital a distância. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 32, n. 4, 4403 p. Disponível em: <<http://www.sbsica.org.br>> Acessado em: 10 jun. 2014.

Bardin, L. (1977) Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Bonfim, M. I. (2003) A formação docente nos centros federais de educação tecnológica: diagnóstico sobre a oferta das licenciaturas nos Cefets. Brasília: MEC/SETEC.

Brasil. (2000) Decreto no 3.462, de 17 de maio de 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3462.htm)> Acessado em: 10 jul 2014.

Brasil. (2008) Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providencias. Brasília. Disponível em<<http://www.planalto.gov.br/ccivil.htm>> Acessado em: 10 julho 2014.

Candau, V. M. (1988) Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Editora Vozes.

Franco, L. R.; Pires, L. L. A. (2007) As licenciaturas em física e matemática nos Centros Federais e Educação Tecnológica. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/>> Acesso em: 03 fev 2015.

Gatti, B A.(2009) Professores: impasses e desafios. Brasília: UNESCO.

Gatti, B. A. (2005) Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber Livro.

Gatti, B.A. (2010) Licenciaturas: crise sem mudança. In: Dalben, Ângela Imaculada Loreiro de Freitas (org.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 485-509. Coleção didática e prática de ensino.

Lima, F. Bartoly Gonçalves de. (2012) A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo da concepção política. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 282 p.

Lima, F. Bartoly Gonçalves de; Silva, Kátia Augusta C. P. Cordeiro da. (2011) As licenciaturas nos Institutos Federais: concepções e pressupostos. Anais do Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, 4, Goiânia.

Lima, F. Bartoly Gonçalves de. (2013) A formação de professores nos Institutos Federais: perfil da oferta. Revista Eixo, Brasília, Brasileiro, v. 2, n.1, p.83-105.

Minayo, M C de Souza. (2007) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, v1.

Pereira, J.(1999) As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educação & Sociedade. Campinas, UNICAMP, a. XX, n. 68, p.109-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>>. Acesso em 10 jul de 2014.

Schön, D.(2000) Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed.

Recife. (2009) Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPE. IFPE, Recife.